PROJETO DE LEI Nº EM-004/2005

Altera número de vagas constante no anexo da Lei Municipal nº 3.843, de 15 de agosto de 1995 e da Lei 4.267, de 17 de novembro de 1997, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Divinópolis.

O Povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam aumentadas, conforme disposto no anexo da Lei Municipal nº 3.843, de 15 de agosto de 1995, as vagas referentes ao seguinte cargo:

Classificação, Quantificação, Enquadramento Hierárquico, Carga Horária, Promoção por Formação Escolar, Cargos Efetivos, Recrutamento Concurso Público				
Grau Hierárquico	Grupo	Cargo	Carga Horária-Mês	Vagas
G.H.14	A	FISCAL DE RENDAS – 3º GRAU	200 HORAS	26

Art. 2º Ficam aumentadas, conforme disposto no anexo da Lei Municipal nº 4267, de 17 de novembro de 1997, as vagas referentes ao seguinte cargo:

ANEXO II

Enquadramento Hierárquico, Classificação, Cargos Efetivos por formação escolar, carga horária, quantificação, recrutamento concurso público				
Grau Hierárquico	Grupo	Cargos/Formação Escolar	Carga Horária-Mês	Vagas
GH-20	A	Técnico de Radiologia – 2º Grau Completo Registro em órgão competente	100 HORAS	11

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2005.

Divinópolis, 19 de janeiro de 2005.

Demetrius Arantes Pereira
Prefeito Municipal

Ofício nº EM / 013 /2005
Em 19 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Vladimir de Faria Azevedo
DD. Presidente da Câmara Municipal
Câmara Municipal de Divinópolis
DIVINÓPOLIS – MG

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A proposição de lei que ora temos a elevada honra de encaminhar a V. Exa. a fim de se submeter à apreciação e soberana deliberação desse nobre e esclarecido Legislativo, dispõe sobre a nova redação ao dispositivo constante no anexo da Lei Municipal nº 3.843, de 15/08/95 e na Lei nº 4267, de 17/11/97, que se referem ao Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Divinópolis.

É escopo da atual Administração trabalhar orientada pelos Princípios Constitucionais que regem o Poder Público, dentre os quais o da Legalidade.

Sob essa orientação, procedeu a Diretoria de Administração desta Prefeitura a minuciosa avaliação do quadro de servidores, vindo a constatar a ocorrência de situações que devem ser imediatamente corrigidas.

Sabe bem Vossa Excelência ser elementar o fato de que o número de servidores em exercício num determinado cargo público deve ser sempre igual ou menor ao número de vagas atribuídas a este cargo.

Não se concebe de existirem servidores públicos exercendo suas atribuições em cargo para o qual não existem mais vagas, sendo isto o que infelizmente fora constatado.

Desta feita, considerando que o aumento destas 02 (duas) vagas atenderá à necessidade da Administração e se dará a bem do serviço público, e ainda, considerando que os servidores chamados ao exercício destes cargos não podem ser prejudicados pelo lamentável episódio, rogamos, pois, a pronta atenção desse nobre e esclarecido Legislativo, no sentido do exame e da aprovação deste Projeto.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar a V. Exa. e seus ilustres pares, os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Demetrius Arantes Pereira
Prefeito Municipal

p a r e c e r E S P E C I A L

PARECER nº 019/ 2005
Projeto de Lei nº EM-004/ 2005

RELATÓRIO

Distribuído a esta Comissão, para análise e parecer, o Projeto de Lei nº EM-004/2004, de autoria do Poder Executivo, que altera o número de vagas constantes no anexo da Lei Municipal 3.843, de 15 de agosto de 1995 e 4.267, de 17 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Divinópolis .

FUNDAMENTAÇÃO

Após minucioso estudo, no que concerne a iniciativa, a proposição ampara-se no art. 48, § 3º, II e IV, da LOM c/c art. 164, III do Regimento Interno.

Quanto à matéria que lhe constitui objeto, a proposição está ancorada no art. 11, IV, art. 62, VIII, da LOM, em simetria com art. 171, I, da Constituição Estadual e art. 30, I, da Constituição Federal e § 1º, do art. 2º, do Decreto nº 4.657/42 – Introdução ao Código Civil Brasileiro.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão declara pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade o Projeto de Lei nº EM-004/ 2005.

Sala das Comissões, 31 de janeiro de 2005

Antônio Geraldo da Silva
Relator

Milton Donizete da Silva
Presidente

Roberto Pedro Bento
Membro

Rozilene Bárbara Tavares
Consultora Jurídica – OAB/MG:66.289